



VAGAS PRESENCIAIS LIMITADAS

EVENTO
HÍBRIDO

11º ENOP

16 A 19 DE SETEMBRO
BRASÍLIA / DF

O FUTURO DAS
OBRAS PÚBLICAS É AQUI!

CON
treinamentos



Acessível
em Libras
Língua Brasileira de Sinais

EU
ME
IMPORTO



APRESENTAÇÃO

Nos dias 16, 17, 18 e 19 de setembro de 2024 será realizado em Brasília o **11º ENCONTRO NACIONAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**, com palestras, oficinas e debates abordando os principais procedimentos e boas práticas a serem observadas nas contratações governamentais de obras públicas.

O sucesso do 11º ENOP depende de sua participação!

PÚBLICO ALVO

Gestores e fiscais de contratos, servidores encarregados da licitação, contratação, recebimento e aprovação de projetos, membros de comissões de contratação, agentes de contratação, integrantes de equipes de planejamento da contratação, procuradores, pregoeiros, agentes de contratação, integrantes de equipes apoio ao pregoeiro e ao agente de contratação, gerentes de contratos de obras, projetistas e empresas de engenharia consultiva, advogados, engenheiros, arquitetos, construtores, auditores e servidores de órgãos de controle interno e externo, gestores públicos em geral, peritos judiciais, orçamentistas, concessionárias de serviços públicos, servidores públicos e profissionais relacionados com o processo de gestão, planejamento, orçamentação, contratação e execução de empreendimentos de infraestrutura, servidores e funcionários que trabalham com manutenção e conservação predial, contratação e execução de empreendimentos de infraestrutura.



CARGA HORÁRIA
32 horas
(durante 04 dias corridos)



PROGRAMAÇÃO

PRIMEIRO DIA - 16/09/2024

07:30h	Credenciamento/ Acesso on-line
08:30h	Abertura do encontro
09:00h	<p>Palestra 1: Soluções consensuais nas controvérsias de contratos de obras públicas</p> <p>Especialista: Ministro Benjamin Zymler</p>
10:15h	<i>Coffee Break</i>
10:30h	<p>Palestra 02: A atribuição do encargo da desapropriação e do licenciamento ambiental para o construtor – A experiência do Dnit nas obras de infraestrutura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disposições presentes na Lei 14.133/2021: <ul style="list-style-type: none"> • Alocação dos riscos relacionados à desapropriação e ao licenciamento ambiental entre o construtor e a administração; • Modelagens já adotadas pelo Dnit no âmbito das contratações integradas fundamentadas no RDC; • Precificação e pagamento dos serviços relacionados com a realização de desapropriação e licenciamento ambiental; • Que etapas e atividades do licenciamento podem ser atribuídas ao contratado? É possível também deixar o construtor encarregado da elaboração do EIA/Rima? • Como prever na planilha orçamentária os valores com o pagamento da indenização das desapropriações quando ainda não se dispõe, na fase de licitação, do projeto básico de desapropriação acompanhado dos laudos de avaliação dos imóveis? • De quem é a titularidade do processo de licenciamento ambiental? O licenciamento deve ser solicitado pelo construtor ou pelo órgão contratante? • Estudo de casos; • Requisitos de habilitação técnica que devem ser exigidos na licitação quando a desapropriação e etapas do licenciamento ambiental forem atribuídos ao futuro contratado; • Elaboração do cronograma do empreendimento quando o encargo da desapropriação ou do licenciamento ambiental for atribuído ao contratado; • De quem é a responsabilidade quando os processos de licenciamento ambiental ou desapropriação, ainda que de responsabilidade do contratado, atrasam por conta de fatos imputáveis a terceiros (por exemplo, o Poder Judiciário ou órgãos licenciadores)? <p>Especialista: José Eduardo Guidi</p>



12:00h	Almoço
13:30h	<p>Palestra 3: Avaliação da remuneração do construtor: BDI x Taxa de Retorno sobre o Fluxo de Caixa</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceito de BDI • Cálculo do BDI: crítica ao Acórdão 1522/2013-Plenário • Lucro no cálculo do BDI • Lucro, lucratividade e taxa interna de retorno • Valor presente líquido (VPL) • Custo alavancado de capital • Apresentação de um fluxo de caixa de uma obra • Comparação entre lucro declarado e retorno real do empreendimento • Efeitos de atraso de pagamento • Efeitos de expurgo do lucro no reequilíbrio • Efeitos de jogo de cronograma • Outros efeitos de eventos na obra sobre o fluxo de caixa <p>Especialista: Rafael Jardim</p>
16:00h	<i>Coffee Break</i>
16:15h	<p>Palestra 4: O uso do credenciamento para serviços de manutenção predial</p> <ul style="list-style-type: none"> • O credenciamento nas Leis nº 13.303/2016 e 14.133/2021 • Como entender os procedimentos auxiliares • Quais os tipos de credenciamento que podem ser adotados • A manutenção predial e sua importância • A especialidade do serviço e as exigências legais específicas • O credenciamento para aquisição de materiais • O credenciamento para contratação da mão de obra • Resultados que podem ser obtidos <p>Especialista: Paulo Reis</p>
18:00h	Encerramento do primeiro dia


SEGUNDO DIA - 17/09/2024
OFICINAS SIMULTÂNEAS

Oficina 1: Contratação do projeto básico: uso da técnica e preço, habilitação, exigência do BIM, recebimento e pesquisa de preços

- Elementos mínimos do projeto básico
- Obrigatoriedade ou opção do uso do BIM
- Casos de obrigatoriedade de projeto executivo
- Projeto básico x termo de referência: quando usar cada um
- Termo de referência para contratação de projeto básico: elementos fundamentais
- Boas práticas no recebimento de projeto
- Inexequibilidade de preços em contratações de projeto básico
- Casos de melhor técnica ou técnica e obrigatorios
- Boas práticas e irregularidades no uso da técnica e preço
- Pesquisas de preço para contratação de projeto básico
- O caso não resolvido da estimativa de preços de projeto básico em empreendimentos de infraestrutura

08:30h

Especialista: Rafael Jardim

Oficina 2: Comparação entre o Sicro e o Sinapi para orçamentação de obras

1. Exigibilidade legal de observância do Sicro e Sinapi
2. Adequação técnica dos sistemas de referência
3. Ajustes de custos de referência aos casos concretos
4. Sicro x Sinapi para custos de serviços asfálticos
5. Sicro x Sinapi para custos de transportes
6. Diferenças de critérios de medição
7. Ajustes de produtividades de equipamentos

Especialista: Elci Pessoa

10:15h

Coffee Break

10:30h

OFICINAS SIMULTÂNEAS 1 E 2 (CONTINUAÇÃO)

12:00h

Almoço





13:30h

OFICINAS SIMULTÂNEAS**Oficina 3:** Gestão de Garantias Contratuais

- Tipos de Garantia Previstos na Legislação
- Diferença entre garantia de execução contratual e a garantia técnica oferecida no mercado para a execução de obras
- Pagamento Antecipado e Exigência de Garantia
- Cuidados na Exigência de Garantia
- Necessidade de disciplina no edital da licitação/minuta do futuro contrato
- Escolha da Modalidade pelo Particular
- Modalidades de Garantia das Leis 14.133/2021 e 13.303/2016
- Caução em Dinheiro
- Caução em Títulos da Dívida Pública
- Título de Capitalização
- Fiança Bancária
- Seguro-Garantia
- Regras específicas sobre o seguro-garantia
- Condição para execução da garantia
- Seguro-Garantia com cláusula de retomada
- Procedimentos de execução

Especialista: Karine Lílian**Oficina 4:** Procedimentos para fiscalização técnica e recebimento de obras de edificação

- Análise técnica / recebimento de projetos – exemplos Arquitetura e Estrut C.A.
- Fiscalização da execução de fundações diretas e profundas
- Fiscalização da execução da estrutura de concreto armado
- Recebimento das fundações e da estrutura de concreto armado
- Fiscalização da execução de alvenarias e revestimentos
- Fiscalização da execução de instalações elétricas e hidráulicas
- Instrumentos utilizáveis na fiscalização de obras
- Planilhas de controle / listas de verificação
- Recebimento final da obra

Especialista: Ercio Thomaz

15:30h

Coffee Break

15:45h

TALK SHOW: Pontos polêmicos na medição e pagamento das obras nos regimes de preço global**Especialistas:** André Baeta, Rafael Jardim, Hamilton Bonatto

18:00h

Encerramento




TERCEIRO DIA - 18/09/2024
08:30h
Palestra 5: Inteligência Artificial X o uso do BIM

1 - Introdução ao BIM

- Definição de BIM
- Impactos positivos e benefícios do BIM no setor público.
- Principais usos do BIM em obras públicas

2 - Introdução a Inteligência Artificial

- Definição e aplicações de IA
- Benefícios da IA para projetos BIM
- Uso da IA para criação e análise de documentos

3 - Aplicação do ChatGPT para elaboração e análise de documentos

- Dicas práticas para a criação e análise de editais de licitação
- Dicas práticas para elaboração de documentos BIM, por exemplo, PEB
- Dicas para análise de planilhas de orçamento
- Dicas para análise de plantas de projetos de arquitetura

Especialista: Washington Luke

10:15h
Coffee Break
10:30h
Palestra 6: Fiscalização e Gestão de Contratos com Inteligência Artificial em Obras Públicas

- Breve contextualização sobre Inteligência Artificial
- Diferenças entre ChatGPT (OpenAI), Gemini (Google) e Copilot (Microsoft)
- (tratamento de várias fontes de dados, de texto, PDF, vídeo, etc.)
- Cuidados com dados pessoais e reservados ou sigilosos nos processos com I.A.
- Atenção do gestor público para normas e jurisprudência ao utilizar I.A.
- Contextualização do racional de I.A. e regras de engenharia no Brasil
- Prática de I.A. em processos de gestão e fiscalização de obras (incluindo o "superpoder" do drone + I.A. nas obras)

Especialista: Jonas Lima




12:00h	Almoço
13:30h	<p>Palestra 7: Licitação e contratação de obras industrializadas com base nas Leis 14.133/2021 e 13.303/2016</p> <ul style="list-style-type: none"> 1.1. Um Novo Olhar para a Contratação de Obras e Serviços de Engenharia 1.2. Benefícios da Inteligência Multiconstrutiva <ul style="list-style-type: none"> 1.2.1. Questões Culturais 1.2.2. Novas Mentalidades do Setor da Construção Civil 1.2.3. Soluções Off-Site 1.2.4. Porque Aplicar Essas Soluções 1.3. Construções Industrializadas <ul style="list-style-type: none"> 1.3.1. Benefícios das Construções Públicas Industrializadas 1.3.2. Como Litar e Contratar Soluções Disruptivas <ul style="list-style-type: none"> 1.3.2.1. Os Regimes de Execução e as Obras Industrializadas 1.3.2.2. Procedimentos Auxiliares e as Obras Industrializadas 1.3.2.3. Outras possibilidades <p>Especialista: Hamilton Bonatto</p>
16:00h	<i>Coffee Break</i>
16:15h	<p>Palestra 8: As grandes polêmicas em relação ao direito autoral dos projetistas e a possibilidade de a administração pública reaproveitar e alterar os projetos contratados</p> <ul style="list-style-type: none"> - Introdução sobre a contratação de projetos; - Direitos autorais sobre os projetos para a Administração; - A cessão de direitos relativos ao projeto; - A alteração de projetos pela Administração; - Visão jurisprudencial. <p>Especialista: Jonas Lima</p>
18:00h	Encerramento


QUARTO DIA - 19/09/2024
08:30h
Palestra 9: Os aditivos da administração local da obra: quando cabe? Como calcular o valor?

- Formas de cálculo de custos com administração local
- Definição de condição de meio e condição de fim na rubrica “administração local”
- Fundamentos para caracterização do reequilíbrio econômico financeiro
- Efeitos do atraso da obra na administração local
- Efeitos do contingenciamento de recursos na administração local
- Efeitos de alterações quantitativas na administração local
- Efeitos de alterações qualitativas na administração local
- Jurisprudência do TCU

Especialista: Rafael Jardim

10:15h
Coffee Break
10:30h
Palestra 10: Pontos polêmicos na contratação direta do remanescente da obra

- i. Um paralelo entre a Lei das Estatais, Lei 14.133/2021 e a legislação revogada (Lei 8.666/1993).
- ii. Regras diversas sobre a convocação dos licitantes remanescentes
- iii. Por que a convocação de licitantes remanescentes pode gerar novos contratos com sobrepreço ou com “jogo de planilha”
- iv. A problemática envolvida no reequilíbrio econômico-financeiro na contratação do remanescente da obra.
- v. Como definir o prazo de execução, o valor da garantia e outras condições do contrato do remanescente da obra?
- vi. Qual é o limite de aditamento legal do contrato do remanescente da obra? É 25% (ou 50%) do valor total do contrato original? Ou o cálculo se dá apenas sobre o valor dos serviços restantes?
- vii. É possível aditar o contrato do remanescente da obra quanto o contrato que fora rescindido já exauriu o limite de aditamento legal?
- viii. Caso um contrato firmado com fundamento na Lei 8.666/1993 seja prematuramente rescindido em 2024, após a revogação da lei, é possível fazer uma dispensa de remanescente para dar continuidade a sua execução? Qual fundamento jurídico usar? Art. 24, inciso XI, da Lei 8.666/1993? Ou usar o art. 90, §7º, da Lei 14.133/2021?

Especialista: André Pachioni Baeta

12:00h

Almoço




13:30h

Palestra 11: A Lei 14.133/2021 e a possibilidade de contratar projetos, obras e manutenção predial como contratos continuados, a fim de resolver as demandas do setor público de forma sistêmica

- A evolução do conceito de contrato de escopo e de caráter continuado no Lei 14.133/2022;
- A possibilidade de enquadrar a contratação de obras no objeto de contratos continuados;
- Como usar o regime de contratação integrada na manutenção predial, de forma que a empresa contratada fique responsável pela elaboração dos projetos e da execução da obra em cada uma das ordens de serviço?
- Os dilemas e a restrição de pessoal e recursos enfrentados por órgãos com grande quantidade de edificações a serem mantidas;
- A conjugação do modelo de contratação com o maior desconto sobre a tabela do Sinapi com o regime de contratação integrada;
- Sugestões diversas para a construção de um modelo de gestão de contrato para contratar diversas obras “no atacado”, por meio de um único contrato de natureza continuada.

Especialista: André P. Baeta

16:00h

Coffee Break

16:15h

Palestra de Encerramento 12: O uso dos instrumentos de consensualismo no reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de obras públicas: Há risco moral e incentivo ao descumprimento dos contratos?

- Reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos: definição, causas e consequências.
- Mecanismos legais de reequilíbrio econômico-financeiro: análise das principais normativas e jurisprudências.
- O papel do consensualismo no reequilíbrio de contratos de obras públicas: negociação, mediação e arbitragem.
- Impactos do reequilíbrio econômico-financeiro na execução de obras públicas: custos, prazos e qualidade.
- Risco moral e incentivo ao descumprimento dos contratos: dilemas éticos e econômicos.
- Estratégias para mitigação de riscos morais: transparência, accountability e compliance.
- Conclusões e recomendações para uma gestão eficiente dos contratos de obras públicas. Ao explorar esses tópicos, a palestra busca fornecer insights valiosos para profissionais do setor público, gestores de contratos, juristas e demais interessados no tema, promovendo uma reflexão crítica sobre os desafios e oportunidades relacionados ao reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de obras públicas.

Especialista: Marcos Nóbrega

18:00h

Encerramento do Congresso





**CARGA
HORÁRIA**
32 HORAS



**MATERIAL
DIDÁTICO
COMPLETO**



**VAGAS
PRESENCIAIS
LIMITADAS**



**PALESTRANTES
RENOMADOS**



NETWORKING
COM PROFISSIONAIS
DA ÁREA

COORDENADOR TÉCNICO



ANDRÉ PACHIONI BAETA

André Pachioni Baeta é engenheiro graduado pela Universidade de Brasília. Desde 2004, exerce o cargo de Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, atuando na fiscalização e controle de obras públicas. Participou, como integrante da equipe de auditoria ou como supervisor da fiscalização, de diversas auditorias de obras públicas. Atualmente, exerce a função de Assessor em Gabinete de Ministro do TCU.

É autor ou coautor das seguintes obras:

- Livro “Orçamento e Controle de Preços de Obras Públicas”, publicado pela Editora Pini em 2012.
- Livro “RDC – Regime Diferenciado de Contratações Públicas – Aplicado às Licitações de Obras e Serviços de Engenharia”, publicado pela Editora Pini em 2013, atualmente na terceira edição (2016).
- Coautor do Livro “Pareceres de Engenharia”, publicado pelo Clube dos Autores, em 2016.
- Coautor do Livro “Lei Anticorrupção e Temas de Compliance”, 2ª Edição, publicado pela Editora Juspodivm, em 2016.
- Coautor do Livro “Terceirização, Legislação, Doutrina e Jurisprudência”, publicado pela Editora Fórum, editado pela Editora Fórum em 2017, atualmente na segunda edição (2018).
- Coautor do Livro “Novo Regime Jurídico das Licitações e Contratos das Empresas Estatais”, da Editora Fórum (2018).





PALESTRANTES



MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

Ministro do Tribunal de Contas da União desde 2001, onde ingressou no cargo de Ministro-Substituto em 1998, por meio de concurso público de provas e títulos. Ocupou o cargo de Presidente da Corte de Contas, no Biênio 2011/2012. Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília – UnB, com vasta experiência em Direito Administrativo e Direito Constitucional. Graduado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia – IME e em Direito pela Universidade de Brasília – UnB. Ministrou cursos e palestras em diversos institutos, tais como Escola da Magistratura do Distrito Federal e Territórios, Escola da Magistratura do Trabalho e Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Professor do Centro Universitário de Brasília – UniCeub. É autor das obras “Direito Administrativo e Controle”, “O Controle Externo das Concessões de Serviços Públicos e das Parcerias Público-Privadas”, “Direito Administrativo”, “Política & Direito: uma visão autopoética”, “Processo Administrativo no Tribunal de Contas da União” e “Regime Diferenciado de Contratação-RDC”, “Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013 – Uma Visão do Controle Externo”, “Terceirização – Legislação, Doutrina e Jurisprudência” e “Novo Regime Jurídico de Licitações e Contratos das Empresas Estatais”.



MARCOS NÓBREGA

Doutor e Mestre em Direito pela UFPE, Visiting Scholar no Massachusetts Institute of Technology – MIT, Visiting Scholar na Harvard Law School (2008) e na Harvard Kennedy School of Government (2011) – Harvard University. Professor Visitante na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) (2013) e na Singapore Management University – SMU – Singapura. Possui graduação em Economia e em Direito pela UFPE e graduação em Administração pela Universidade Católica de Pernambuco.

É Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas de Pernambuco e Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Pernambuco – Faculdade de Direito do Recife, foi Coordenador do programa de Mestrado e Doutorado e Presidente da Associação Brasileira de Direito e Economia.

Escreveu 14 livros (inclusive no exterior) e inúmeros artigos em revistas especializadas, ministrando inúmeras palestras no Brasil e em vários países como os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, China, Portugal, Chile, Colômbia, México, Kasaquistão, Moçambique e Singapura.



PAULO REIS

Advogado e engenheiro civil, com 48 anos de atividade na administração pública, onde exerceu os cargos de Presidente de Comissão de Licitação, Pregoeiro, Fiscal de Contratos, diretor de Departamento de Engenharia, Coordenador de Controle Interno, Assessor Jurídico, Assessor Especial da Presidência de Tribunal de Justiça e Diretor Geral de Tribunal Eleitoral, entre outros.

Autor dos livros Obras Públicas - Manual de Planejamento, Licitação e Fiscalização, Sistema de Registro de Preços- Uma forma inteligente de contratar, e Contratos da Administração Pública, todos da Editora Fórum.



RAFAEL JARDIM

Auditor Federal de Controle Externo, é o atual Secretário de Fiscalização de Bancos e Fundos de Pensão do TCU e Ex-Secretário de Combate a Corrupção daquela Corte. Coautor dos livros "Obras Públicas: comentários à jurisprudência do TCU" – 4ª Edição, "O RDC e a Contratação Integrada na prática", "Lei Anticorrupção e Temas de Compliance" e "O Controle da Administração Pública na Era Digital". No TCU desde 2005, foi também titular da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, unidade responsável pela condução dos processos relacionados à Operação Lava Jato. Foi ainda Diretor da área técnica responsável pela fiscalização de rodovias. Ocupou os cargos de Secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e também de Fiscalização de Obras de Energia. Coordenou as fiscalizações do TCU atinentes à Copa do Mundo de 2014. Na área de combate à corrupção e integridade, palestrou em eventos internacionais da ONU, OCDE, além de treinamentos para auditores das Controladorias Gerais de diversos países na América Latina. Palestrante e conferencista em temas afetos à engenharia de custos para o setor público, ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), Compliance, Integridade e a licitações e contratos de obras e serviços de engenharia. Formado em engenharia civil pela Universidade de Brasília, trabalhou por mais de dez anos na coordenação de projetos e execução de obras na iniciativa privada.



HAMILTON BONATTO

Procurador do Estado do Paraná. Graduado em Engenharia Civil, em Direito e em Licenciatura em Matemática Plena; Atualmente é Procurador-Chefe da Coordenadoria do Consultivo da PGE/PR. Mestre em Planejamento e Governança. É especialista em Direito Constitucional, especialista em Construção de Obras Públicas, Especialista em Ética e Educação, Especialista em Direito Público. Atuou na Administração Pública em cargos do Poder Executivo como Secretário Municipal de Obras Públicas, Secretário Municipal de Educação, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense, Coordenador do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Paraná, Superintendente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Chefe Regional do Instituto Ambiental do Paraná. Autor dos Livros (1) "Governança e gestão de obras públicas: do Planejamento à Pós-Ocupação" e (2) "Licitações e Contratos de Obras Públicas", publicados pela Editora Fórum, (3) "Contratação de Obras Públicas", Publicado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG; (4) Critérios Éticos para a Contratação de Obras Públicas Sustentáveis; pela editora NP; (5) BIM para Obras Públicas, pela CON Treinamentos; Autor de "13 Cadernos Orientadores para Edificações", publicados pela SEIL e PGE: (1) Estudo de Viabilidade; (2) Termo de Referência; (3) Licitação de Projetos; (4) Contratação de Projetos; (5) Licitação de Obras; (6) Contratação de Obras; (7) Pós-Ocupação; (8) Normas e Súmulas do TCU; (9) Convênios e Outros Instrumentos Congêneres; e (10) Fiscalização de Obras Públicas; (11) Contratação Integrada; (12) Aquisições de Bens; (13) Prestação de Serviços. Instrutor da Escola de Governo do Estado do Paraná. Professor convidado da Unibrasil (Curitiba, PR), do Centro Educacional Renato Saraiva (Recife, PE) e das Faculdades Baiana de Direito (Salvador, BA).



ELCI PESSOA

Engenheiro Consultor Internacional do NIRAS-IP INSTITUT CONSULT GmbH (Alemanha), para supervisão de Obras Rodoviárias.

Engenheiro Consultor do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM-PA) e do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO), para auditorias em obras rodoviárias e pavimentação urbana.

É autor do Livro “Manual de Obras Rodoviárias e Pavimentação Urbana”, publicação mais vendida pela Editora Oficina de Textos nos temas e 4^a, dentre todas as obras.

É coautor do livro “Auditoria de Engenharia, uma contribuição do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco” e Autor de diversos artigos publicados em ENAOPs e SINAOPs (Encontros Técnicos e Simpósios relacionados a Auditoria de Obras Públicas), bem como em Congressos diversos.



KARINE LILIAN

MBA em Gestão da Administração Pública, pelo Instituto de Cooperação e Assistência Técnica - ICAT. Curso Superior de Direito, pelo Centro Universitário de Brasília - Ceub (Brasília/DF). Participou do Programa de Formação de Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Instituto Serzedello Corrêa do TCU, com duração de 264 horas (Brasília/DF). MAGISTÉRIO: Conteudista do curso “Prestação de Contas: Dever do Gestor, Direito da Sociedade”, promovido pelo TCU. Instrutora do Instituto Serzedello Corrêa do TCU. Palestrante e conferencista de cursos nas áreas de licitações e contratos, convênios, processo no TCU e tomada de contas especial. PUBLICAÇÕES: Co-autora dos livros: Licitações & Contratos – Orientações Básicas, editado pelo Tribunal de Contas da União, Terceirização – Legislação, Doutrina e Jurisprudência, editado pela Editora Fórum, e Novo Regime Jurídico de Licitações e Contratos das Empresas Estatais, editado pela editora Fórum. Autora de diferentes artigos.



ENG. JOSÉ EDUARDO GUIDI

Diretor de Infraestrutura Ferroviária do DNIT. Especialista em Gestão Pública pelo INSPER/SP com anotação de mérito acadêmico. Expert em mais de três centenas de provas periciais a serviço do Poder Judiciário. Instrutor contratado por diversos órgãos/entes da Administração para ministrar treinamentos e capacitações em gestão e obras públicas. AUTOR do livro “Engenharia legal aplicada ao labirinto das obras públicas: soluções aos aspectos subjetivos da legislação”. CO-AUTOR do livro “Coletânea técnica de avaliações e perícias: boletins técnicos baseados no estado da arte e normas técnicas aplicáveis.”. AUTOR premiado nos XX e XXI Cong. Brasileiro de Eng. de Avaliações e Perícias.

**JONAS LIMA**

Advogado, especialista em Compliance Regulatório pela Universidade da Pensilvânia, pós-graduado em Direito Público pelo IDP, consultor jurídico com experiência de 30 anos em licitações e contratos administrativos, em certames nacionais e internacionais.

Ex-Professor de Direito Administrativo da UDF.

Ex-assessor da Presidência da República (Controladoria-Geral da União) e da Procuradoria Geral da República.

Palestrante em mais de 180 eventos sobre licitações, com mais de 7.000 participantes treinados em 18 Estados brasileiros, além de eventos internacionais em Nova Iorque, Washington, Miami, Houston, Boston e outras cidades.

Autor de 5 (cinco) livros, incluindo o bilingue “Licitação Pública Internacional no Brasil / International public bidding in Brazil”.

Autor do guia legal da Câmara Americana - AMCHAM “How to do Government Contracts in Brazil”.

**WASHINGTON LUKE**

DIRETOR ACADÊMICO E PROFESSOR | Zigurat Global Institute of Technology (ATUAL)

DIRETOR DE ENGENHARIA | VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A

DIRETOR DE PATRIMÔNIO | Secretaria de Patrimônio da União (SPU) do Min Planejamento

COORDENADOR-GERAL | Coordenador-Geral de Operações do DNIT

COORDENADOR-GERAL | Coordenador-Geral de Modernização e Gestão Estratégica do DNIT

CHEFE DA SEÇÃO DE PROJETOS | Diretoria de Obras Militares do Exército Brasileiro

COORDENADOR EXECUTIVO | Coordenador Executivo da Frente Parlamentar BIM em Brasília (ATUAL)

RELATOR GT BIM INFRAESTRUTURA | Comissão de Estudo Especial (CEE-134/ABNT) (ATUAL)

CONSELHEIRO DA FIESP | Conselho Superior da Indústria da Construção (CONSIC) da FIESP

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA DEFESA | Representante do Ministério da Defesa para elaboração da Estratégia Nacional de Disseminação do BIM (Estratégia BIM BR)

BACHAREL CIENCIAS MILITARES | Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO | Instituto Militar de Engenharia (IME)

MESTRE EM ESTRUTURAS E CONSTRUÇÃO CIVIL | Universidade de Brasília (UnB)

MBA GOVERNANÇA CORPORATIVA | Fundação Getúlio Vargas (FGV)

PROFESSOR E PESQUISADOR | Projetos de Edificações e de Infraestrutura em BIM pela UnB (ATUAL)





ERCIO THOMAZ

Engenheiro Civil pela Universidade Mackenzie (1973), mestre e doutor em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo (1986 e 1999), pesquisador do IPT entre 1986 e 2018. Professor das disciplinas “Patologias das Edificações”, “Patologias das estruturas de concreto”, “Alvenarias”, “Qualidade na Construção” e “Técnicas de Construção Civil”. Experiência nas áreas de materiais e sistemas construtivos, estruturas de concreto armado, alvenarias, revestimentos, fachadas e desempenho de edifícios. Membro do Conselho de Administração da Revista Téchne, publicação da Editora PINI com colaboração do IPT (de 1992 a 2010). Articulista da revista Notícias da Construção – Sinduscon/SP (2010 a 2013). Membro do Conselho Editorial da Revista Concreto & Construções, publicação oficial do IBRACON – Instituto Brasileiro do Concreto (desde janeiro 2016 até a presente data). Primeiro coordenador da Comissão de Estudos ABNT da norma NBR 15.575 – Desempenho de Edificações (2004 a 2007). Autor dos livros “Trincas em Edifícios: Causas, Prevenção e Recuperação” (Editora Pini – reedição Oficina de Textos 2020), “Tecnologia, Gerenciamento e Qualidade na Construção” (Editora Pini), co-autoria dos livros “Manual Técnico de Alvenaria” (ABCI), “Concreto: Ensino, pesquisa e realizações” (Ibracon), “Defects in Masonry Walls - Guidance on Cracking: Identification, Prevention and Repair” (Publicação CIB 403). Diretor Técnico do IBRACON Instituto Brasileiro do Concreto (Gestão 2024/2025). Consultor em sistemas construtivos, estruturas de concreto, alvenarias, fachadas, desempenho, patologias e recuperação de obras.

DATA E LOCAL



**16 A 19 DE SETEMBRO
DE 2024
BRASÍLIA/DF**



CENTRO DE EVENTOS E CONVENÇÕES BRASIL 21

SHS Quadra 06 - Conjunto A - Lote 01 -
Asa Sul – Brasília/DF -
CEP: 70316 000




INVESTIMENTO

 VAGAS
LIMITADAS

**FORMATO
PRESENCIAL**
BRASÍLIA/DF

**FORMATO
ONLINE** 

Credenciamento	✓	✗
Material de Apoio - Con Treinamentos; (caneta, lapiseira, marca texto e bloco)	✓	✗
Kit higiene	✓	✗
04 almoços + 8 coffee breaks	✓	✗
Certificado de Participação	✓	✓
Acesso presencial	✓	✗
Acesso Online 100% Real Time em plataforma interativa	✗	✓
Gravação disponível até 20 dias após evento	✗	✓
Interação online com envio de perguntas	✗	✓
Interação presencial	✓	✗
Networking presencial	✓	✗
Networking digital	✗	✓
Apostila exclusiva impressa	✓	✗
Apostila digital	✗	✓
R\$ 5.890,00 (por participante)		R\$ 3.890,00 (por participante)



NÓS NOS IMPORTAMOS!

Parte do lucro arrecadado será
doado para quem precisa.

#EU
ME
IMPORTO

INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone **(41) 3068-3858**, através do e-mail **contato@contreinamentos.com.br** ou pelo nosso site **www.contreinamentos.com.br**.

O pagamento deverá ser realizado em nome de Connect On Marketing de Eventos Eireli, CNPJ 13.859.951/0001-62 nos seguintes bancos:



Banco nº 001
Ag. 3041-4
C/C 125211-9



Banco nº 341
Ag. 0615
C/C 21708-0



Banco nº 237
Ag. 5720
C/C 342.760-9



- A CON treinamentos oferece propostas personalizadas para capacitação de grupos e equipes.

Entre em contato com nossas consultoras.

- A CON Treinamentos se reserva do direito de cancelar, reagendar data/horários de realização do curso ou, caso necessário, efetuar a troca do palestrante/instrutor. Comprometemo-nos a informar, assim que possível, os inscritos sobre quaisquer mudanças. Nesse contexto, a empresa permanece isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

- Caso não seja possível confirmar o curso na modalidade presencial por motivos de força maior, o curso acontecerá na modalidade online em tempo real. A CON informará com antecedência de 15 dias corridos.



Se preferir, entre em contato com nossa central de relacionamento:

📞 (41) **3068-3858**

📞 (41) **9 9514-1110**

contato@contreinamentos.com.br

Acompanhe nossas Redes Sociais:

    @contreinamentos

APOIO:

